

## **GT MOBILIDADE URBANA - RIO COMO VAMOS**

**06 de dezembro de 2012**

### **RELATÓRIO TERCEIRO GRUPO DE DEBATES:**

Em continuidade à discussão sobre mobilidade urbana, o Rio Como Vamos promoveu o terceiro encontro com integrantes de órgãos públicos.

### **PARTICIPANTES:**

- Antonio Carlos Mendes Ramos (Casa Civil-PCRJ)
- Pedro Junqueira (Sec. Mun. de Transportes)
- Joaquim Monteiro (Sec. Mun. de Transportes)
- Carlos Maiolino (Sec. Mun. de Transportes)
- Dayse Góis (Sec. de Estado de Transportes)
- André Ormond (CET-RIO)
- Marcia Coutinho (Sec. Mun. de Habitação)
- Georgette Vidor Mello (Sec. Mun. da Pessoa com Deficiência)
- Roberta Gomes (Sec. Municipal de Meio Ambiente)
- Marcos Borges Pereira (Sec. Mun. de Meio Ambiente)
- Ronaldo Balassiano (Empresa Olímpica Municipal)
- Breno Vidal (Sec. Mun. de Conservação)
- Viviane M. Castello Branco (Sec. Mun. de Saúde e Defesa Civil)
- Eduardo Fagundes (Sec. Mun. de Obras)
- Shymena Guedes (Fundação Vale)
- Leonardo Camata (Vale)
- Renato Moya (INVEPAR)
- Celina Carpi (Rio Como Vamos)
- Rosiska Darcy de Oliveira (Rio Como Vamos)
- Thereza Lobo (Rio Como Vamos)

### **TEMAS:**

- Governança
- Qualidade e quantidade de informações
- Estratégia de monitoramento e controle
- Suficiência e qualidade de investimentos públicos e privados
- Conservação da cidade
- Papel da população (Cultura Cidadã)

Foi previamente encaminhado aos convidados o roteiro dos temas sugeridos para o debate.

#### **PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS:**

- A mobilidade urbana permeia a cidade diariamente e não há muitas plataformas de debate sobre o assunto. A questão do tempo diferenciado na entrada e saída de funcionários das empresas não é considerada, embora tenha custo zero. São poucas as informações que permitem um diálogo, e não há uma estratégia de monitoramento das políticas para a mobilidade urbana. Há pouco diálogo entre os diversos atores responsáveis pela qualidade de vida na cidade. Desafio a destacar: promover esse diálogo em prol da integração e do surgimento de novas ideias a partir de lógicas diferentes.
- A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência procura se articular com os diversos órgãos da prefeitura para sugerir, orientar e corrigir projetos implantados ou a serem implantados. Em alguns casos, esse processo é muito difícil. Foi lembrado que não há suficiente conhecimento, e técnicos preparados, para lidar com a acessibilidade urbana, além da falta de normatização para garantir, por exemplo, a uniformidade das calçadas. Há má sinalização para os deficientes visuais nos BRTs e dificuldades para consertar os elevadores do Metrô. Quanto aos trens, nenhuma estação garante acessibilidade aos deficientes. A previsão de adequar a totalidade das estações está prevista apenas para 2023, segundo a Secretaria Estadual de Transportes.
- A falta de espaço institucional, para dar voz às questões de toda a população, foi destacada nos termos da governança da área de mobilidade urbana. Quais são os limites territoriais do espaço de governança? A governança depende de metas de incentivo e é preciso se conhecer o desejo da população. Nem sempre a população aprova determinados projetos, principalmente os que se referem à alteração da mobilidade na cidade. Como resolver questões de remoção a alocação de pessoas? Foi lembrado que há a governança inter-institucional, na tomada de decisão e alocação de recursos.

- Existem outros empecilhos à governança, como a não efetividade de grupos e fóruns de discussão entre técnicos por estes não serem ouvidos pelas instâncias superiores. A sociedade civil também não comparece quando previamente mobilizada, para discutir questões de seu interesse. Há falta de compromisso. Para a população manifestar seu interesse (Cultura Cidadã) é necessário que receba informações de modo a ter uma participação qualificada.
- Mencionou-se a possível institucionalidade de caráter supra governamental, com vistas a melhorar a qualidade dos projetos e a distribuição de recursos. Destacou-se que é preciso haver integração dos projetos que levem em conta a topografia, o uso do solo e a mobilidade existente na cidade.
- A Empresa Olímpica Municipal pode estar auxiliando na melhoria da governança ao trabalhar com as instâncias federal, estadual e municipal, de modo a deixar um importante legado de governança integrada no que diz respeito à mobilidade urbana.
- Nos transportes a governança deve ser invisível para que haja um bom atendimento. A população não quer saber a quem pertence determinado modal; ela deseja o bom funcionamento de todo o sistema. A partir de 2013 já estarão disponibilizados os dados do PDTU relativos à origem-destino. Essas informações e as geradas por cada modal devem ser repartidas, divulgadas, para que se estabeleçam parcerias em prol da governança.
- A deterioração do sistema ferroviário privilegiou outros modais que se preocupam apenas com a demanda, deixando de lado um planejamento mais amplo da mobilidade. Estes modais precisam entender que um novo modelo de governança integrada não irá reduzir a margem de lucro. Há necessidade de serem integrados aos trens, além de se formalizar as vans e racionalizar as linhas de ônibus.
- Foi reforçada a necessidade de haver um espaço neutro, onde haja mediação, para aproximação dos atores em benefício da

população. Em alguns casos já há uma integração entre os órgãos públicos, como a realizada entre a CET-RIO, Bombeiros, Sec. de Saúde e ISP. O projeto piloto está sendo testado na Av. Pres. Vargas. Por outro lado, há um gargalo no DataSus provocando atraso na divulgação das informações.

- Debateu-se sobre a dificuldade na educação para romper a cultura da “desobediência” da população, bem como a falta de fiscalização no comportamento de ciclistas e motociclistas, o que desacredita estes meios de locomoção desejáveis. Foi mencionado que a Lei Seca inibiu o uso do automóvel, mas resultou em um maior consumo de álcool, por quem não está dirigindo, aumentando o número de pedestres acidentados.
- A Saúde é vista com antipatia ao tornar visível as consequências geradas por erros cometidos por órgãos públicos e sociedade. Não se compartilha responsabilidades. A Secretaria de Saúde planejou uma campanha voltada para a educação no trânsito, em parceria com diversas secretarias, no intuito de esclarecer sobre os riscos da má conduta da população nas questões relativas ao trânsito.
- A falta de hábito e de cultura da população do Rio de Janeiro, relativa à responsabilidade cidadã, foi levada pelo RCV à discussão na Empresa Olímpica Municipal.